



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

**PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023, A REALIZAR-SE
NO DIA 22 DE MAIO DE 2023, A PARTIR DAS 17H15**

ITEM 1 – Projeto de Lei nº 20/2023, de autoria da vereadora Elaine Oliveira, Dispõe sobre os procedimentos necessários à declaração de utilidade pública de Organizações da Sociedade Civil no âmbito do município de Garça. **Pareceres das Comissões Permanentes da Casa. Discussão e Votação Únicas.**

ITEM 2 – Projeto de Lei nº 31/2023, de autoria do vereador Antonio Franco dos Santos Bacana, dispõe sobre a prevenção contra a prática de atentados violentos nas dependências das escolas públicas municipais e dá outras providências. **Pareceres das Comissões Permanentes da Casa. Discussão e Votação Únicas.**

ITEM 3 – Projeto de Lei nº 32/2023, de autoria dos vereadores Fabinho Polisinani, Marquinho Moreira e Pedro Santos, dispõe sobre a obrigatoriedade de sistemas de monitoramento de segurança nas escolas públicas municipais e cercanias. **Pareceres das Comissões Permanentes da Casa. Discussão e Votação Únicas.**

ITEM 4 – Projeto de Lei nº 37/2023, de autoria dos vereadores Dr. Marcelo Miranda, Elaine Oliveira, Fábio Santos, Lico, Lucas Cateto, Pedro Santos, Rafael José Frabetti, Rodrigo Gutierres e Tenente Almeida, que revoga artigos da Lei nº 3.220, de 23 de dezembro de 1997, no tocante à cobrança da taxa de conservação de pavimentação, guias e sarjetas. **Pareceres das Comissões Permanentes da Casa. Discussão e Votação Únicas.**

ITEM 5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2023, de autoria do vereador Tenente Almeida, outorga o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. José Lourenço. **Pareceres das Comissões Permanentes da Casa. Discussão e Votação Únicas.**

Secretaria da Câmara Municipal de Garça, assinado e datado eletronicamente.

Rodrigo Gutierres
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

Antonio Marcos Pereira
Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).